

ESTRATÉGIAS LABORAIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS ENTRE BRASIL E BOLÍVIA

Tese de Doutorado em Ciências Sociais - CEPPAC/UnB, Brasília.
Orientador: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva. 2012.

*Heloisa Mazzoccante Ribeiro**

A tese aborda os processos migratórios da população boliviana a partir das políticas públicas e dos contextos de exclusão, no espaço de origem (Bolívia) e no de chegada (Brasil), enfatizando a relação de interdependência entre os fatores de expulsão e os de manutenção/recriação das condições de vulnerabilidade no trânsito migratório. Como eixo analítico, ressalta-se os interesses econômicos defendidos pelos Estados, quando estes exercem um papel cada vez mais influente sobre a sociedade, seja pelas políticas adotadas, seja pela sua ausência, concomitantemente às tensões entre capital/trabalho na esfera do avanço da produção e relações de trabalho mercantilistas.

A exclusão social na Bolívia mereceu um estudo que atravessa o tempo, enfatizando a histórica segregação étnica, potencializada por políticas que aprofundaram as desigualdades sociais no país. Como efeito das ações governamentais, a situação de pobreza das maiorias e as difíceis condições de vida no campo são agravadas, intensificando o êxodo rural (migração interna) e a alta concentração demográfica nas cidades. A grande pressão sobre o mercado de trabalho amplia a informalidade e o desemprego, as tendências ao rebaixamento dos salários e precariedade das condições trabalhistas, fortalecendo o fluxo emigratório.

* Doutora em Estudos Comparados das Américas, CEPPAC, Universidade de Brasília. Professora na PUC - Goiás.

No Brasil, as situações de exclusão encontram na política imigratória os pressupostos iniciais para a sua recriação e manutenção, atuando de forma a impulsionar as precárias condições de trabalho e vida dos imigrantes (pobres) que buscam no país novas oportunidades. O trabalhador boliviano fica submetido à empregabilidade informal e sobre-exploração da sua força de trabalho nas oficinas de confecções em São Paulo, já que a falta de documentação não lhe assegura direitos. Pautada por critérios econômicos, a política imigratória, ao excluir certas categorias de imigrantes, os penaliza pela sua condição socioeconômica, referendando que a situação de carência limita as possibilidades de escolha livre e o gozo dos direitos.

Na dimensão política, a reflexão aborda os direitos humanos e de cidadania dos imigrantes, cuja insuficiência dos instrumentos de proteção e as manifestações de violação desses direitos são alimentadas por um tipo de exclusão normatizada - a mesma exclusão decorrente dos controles migratórios provoca a vulnerabilidade, contribuindo para a exploração do trabalhador imigrante no país. A discussão aborda o sentido assumido pelo termo “trabalho escravo” para caracterizar a exploração da força de trabalho nas indústrias de confecções, expressão que tece um tipo de identidade social para o imigrante, favorecendo os contextos gerais de dominação e exclusão social. Na verdade, o trabalhador é sujeito das relações de produção e acumulação capitalistas, quando empresas, economia, Estado e sociedade, de modo geral, são os grandes beneficiários do seu trabalho.

Quanto à análise das políticas migratórias, fica demonstrado certo distanciamento entre lei e fatos reais, revelando contradições que transcendem o âmbito formal institucional: por vezes a norma se distancia da prática, assim como o discurso nem sempre reflete a realidade. Por fim, percebe-se que os movimentos humanos devem continuar em escala crescente, já que as necessidades do capital operam como combustível que dinamiza as migrações em busca de trabalho e melhores condições de vida, assim como permeiam a exploração e mercadorização do trabalhador.